

## **AS DUAS AMEAÇAS E O PACTO SOCIAL**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Folha de S.Paulo*, 4.11.1988

Duas ameaças pesam hoje sobre a sociedade brasileira: a hiperinflação e o golpe de estado. As causas imediatas dessas ameaças são as altíssimas taxas de inflação e a completa perda de legitimidade - ou seja, de apoio da sociedade civil - por parte do governo Sarney, ou, mais precisamente, do governo Sarney-Saulo-Murad-Magalhães.

A ameaça de hiperinflação é iminente. Por isso a sociedade civil e os partidos políticos estão se movimentando na direção de um pacto social. A ameaça de golpe é menos clara, mas não deve ser descartada. É menos clara porque, ao contrário do que ocorria em 1964, não existe uma esquerda com um projeto revolucionário, nem uma direita com um projeto de modernização. Mas podemos ter golpes sem razões tão claras. A agitação social que a elevação das taxas de inflação pode causar pode ser uma das justificativas para uma intervenção em nome da ordem. Felizmente não há por enquanto sinais de agitação social. E há outras formas mais sutis de propor o golpe, como, por exemplo, a proposta, abortada com firmeza pelos presidentes dos três principais partidos - por Ulisses Guimarães, Marcos Maciel e Franco Montoro -, de se fazer uma "intervenção branca" no governo e se nomear uma espécie de primeiro ministro para assumir o comando efetivo do país.

Soluções como essa, ou então a proposta de aprovação formal do parlamentarismo pelo Congresso são inviáveis, e só servem para desestabilizar o regime. Apesar da fraqueza do Presidente Sarney, é imprescindível garantir que ele termine o seu mandato, que, por uma irresponsabilidade das elites brasileiras e da maioria dos governadores, foi definido em cinco anos. Sarney afirmou que seu mandato é intocável, e de fato é. A prática democrática, especialmente sob o absurdo regime presidencialista, é difícil. Mas é a única alternativa para quem entende que a democracia é e deve ser um valor final, não subordinado a qualquer outro.

Nesta perspectiva é preciso que os empresários e trabalhadores que estão, a meu ver de forma patriótica, lutando por um pacto social, compreendam quais são os limites ou os verdadeiros objetivos desse pacto. Os jornais dão conta de um eventual

conflito entre os participantes do pacto e os dois ministros da área econômica, porque estes se dispõem a tomar uma série de decisões fiscais sem consultar os empresários e trabalhadores. Não creio que isto ocorra. Maílson e João Batista de Abreu sabem que o esforço em direção ao pacto tem como principal objetivo ajudá-los, dar legitimidade às medidas duras de ordem fiscal e relacionadas ao choque (que os empresários e economistas eufemisticamente insistem em chamar de "política de rendas") que terão necessariamente que ser tomadas. Por isso estou certo que consultarão a sociedade em geral e em particular os líderes do pacto social.

Da parte destes, entretanto, é preciso que não esqueçam do objetivo fundamental que os animou a tomar a iniciativa do pacto. Esse objetivo não foi o de tomar o lugar do governo, mas de, ao mesmo tempo, apoiá-lo e forçá-lo a agir. Por isso não faz sentido para os participantes do pacto discutir a forma das medidas anti-inflacionárias. Devem apenas discutir os princípios gerais.

A tentativa de um grupo de incluir no pacto conversão da dívida em exportações, além de se constituir em uma negociata, é mais uma razão para que o pacto se atenha aos princípios gerais.

A responsabilidade final pelos resultados será sempre do governo, e, no caso da política econômica, de Maílson e João Batista. Por isso as decisões finais terão que ser tomadas por eles. O que a sociedade exige é que algo seja feito com firmeza e decisão para evitar a hiperinflação. O que, por sua vez, os dois ministros têm o direito de exigir é, do presidente, concordância para a proposta que estão elaborando, e da sociedade, apoio para que as medidas possam dar certo. Hoje, sem um pacto social é impossível resolver os problemas econômicos gravíssimos que o país enfrenta, mas não se imagine que o pacto social substitua o governo.